

ANC - CPECX

Assemb

convite para ser constituinte

Sarney, no mesmo dia da nomeação rejeitando a oferta

POLITICA

Comparato recusa

○ jurista escreveu carta ao presidente

JOAO BITTAR/ANGULAR

São Paulo — (Sucursal) — Os 50 da comissão constituinte não são mais 50 e sim 49. Ontem mesmo, o advogado paulista Fabio Konder Comparato, de 49 anos, redigiu uma carta endereçada ao presidente Sarney, na qual recusa o convite formulado pelo ministro Fernando Lyra. O advogado disse não ter sido consultado previamente se desejava estar ou não na comissão.

Na carta ao presidente, cujo teor literal recusou-se a divulgar, afirma n-ao poder participar de uma comissão "cuja constituição é uma espécie de providência complementar da atribuição de poderes constitucionais ao atual Congresso, que é arbitrária e ilegítima". Konder Comparato é um dos signatários da carta aos brasileiros, redigida pelo jurista Gofredo da Silva Teles, onde é defendida a tese de que os constituintes devem ser eleitos. Gofredo não foi convidado para a comissão constituinte.

Konder Comparato, que foi nomeado pelo presidente Sarney membro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor que se instala hoje, em Brasília, acha que, com o anúncio da comissão dos 50, a tramitação da Constituinte "continua mal".

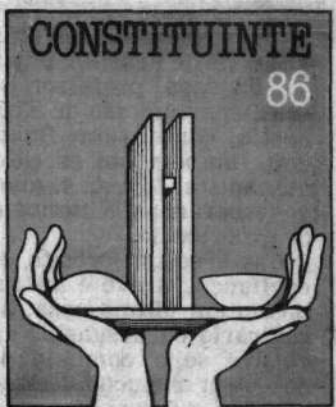
—A comissão nem é representativa, nem é técnica — critica Comparato. Não é carne, nem peixe.

Se a comissão fosse representativa, argumenta, os trabalhadores deveriam ter representação muito maior. Além disso, os setores representados é que teriam de ser ouvidos para indicarem seus representantes.

—Se a comissão fosse técnica, não vejo porque se chamar oftalmologistas, empresários, contabilistas, que são pessoas muito dignas e respeitáveis mas não podem pertencer a uma comissão constitucional técnica.

O calendário da Constituinte, na opinião do advogado, deveria ser iniciado pelo eleição da Assembleia, no primeiro semestre de 1986. O Congresso Nacional continuaria funcionando normalmente, até 30/1/87. As eleições para o Congresso seriam realizadas seis meses após a eleição da Assembleia Constituinte, e as mesmas pessoas eleitas para a constituinte poderiam, também, concorrer a uma cadeira no Congresso. Assembleia Constituinte e Congresso funcionariam ao mesmo tempo. Elaborada a nova Constituição, esta deveria ser submetida à aprovação popular. Depois de aprovada, a Assembleia Há juristas que discordam desse ponto de vista. Os paulistas José Afonso da Silva e Miguel Reale Jr., que estão na Comissão Constituinte, e não pretendem renunciar, acham que não pode haver um Congresso operando ao lado da Assembleia Constituinte, que é soberana:

—Se ela é soberana — diz José Afonso da Silva — tem o po-



der até de dissolver o Congresso. Na minha opinião, os representantes da Assembleia Constituinte devem ser eleitos após o término do mandato atual dos congressistas. E deverão cumprir o mandato regulamentar dos deputados e dos senadores. Portanto, a assembleia não deve ser dissolvida após elaborar a Constituição.

José Afonso da Silva, mineiro de 60 anos, apesar de pouco conhecido é um dos maiores especialistas em direito constitucional do Brasil. Quando o deputado Ulysses Guimarães começou a elaborar a comissão, antes ainda da eleição de Tancredo Neves, foi ele um de seus primeiros interlocutores. Ele e Ulysses listaram 14 nomes que entraram na relação dos 33 indicados que Tancredo Neves deixou. "Naquela época" diz José Afonso da Silva "eu disse ao Ulysses que a comissão deveria ter de 15 a 20 pessoas. Cinquenta é muito".

Miguel Reale Jr., ex-secretário da Segurança Pública do governo Montoro, acha que há poucos representantes da classe operária na comissão constituinte, com o que concorda o economista Walter Barelli, presidente do Dieese, e que também está entre os 50 convidados:

—A formação dessa comissão, onde há quatro empresários e apenas um sindicalista — disse Barelli — é a primeira aula de como não deve ser a Assembleia Constituinte. O número de empresários não pode suplantiar o dos trabalhadores. Sou contra a Assembleia Constituinte do poder econômico e dos iluminados.

O empresário Luis Eulalio de Bueno Vidigal, presidente da Fiesp, um dos 50, anunciou, que vai defender, na Comissão Constituinte o sistema parlamentarista, a livre iniciativa desvinculada do controle estatal e vai encaminhar sugestões a respeito da reforma do sistema tributário e dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Também foram convidados para a comissão constituinte, representando São Paulo, o empresário Antonio Ermirio de Moraes, o cientista político Bolívar Lamounier e José Saulo Ramos.

Lista combatida e ridicularizada

"Estamos na República corporativista salazarista. Essa Comissão Pré-constituinte dos doutores José Sarney e Fernando Lyra tem de tudo ou quase tudo. Nós não podemos aceitar que o Executivo envie um projeto seu para que os constituintes o examinem. É uma restrição aos que serão eleitos pelo povo".

Essa reação do deputado José Carlos Fonseca (ES), vice-líder do PDS, refletiu ontem o ânimo dos parlamentares contra a Comissão pré-constituinte presidida pelo ex-ministro Afonso Arinos. O PDT, através de sua liderança na Câmara, informou que combaterá a comissão de maneira que for possível, pois a considera elitista.

CEGUEIRA
O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) era dos que mais ridicularizavam a Comissão. "Pelo visto teremos uma nova Constituição outorgada. Desta vez serão os juristas do Sarney em vez dos generais da junta". Mais irônico, observou o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE) que a indicação do oftalmologista Hilton Rocha é muito importante. "Pelo menos o Sarney quer uma comissão com boa visão, "não será cega".

O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana (BA), preferiu elogiar os componentes, mas frisou que o projeto será apenas mais um a ser encaminhado ao Congresso. O ex-líder Nelson Marchezan (PDS-RS) não quis comentar a lista,

mas frisou que os tumultos verificados nas últimas votações do Congresso demonstram a validade de sua tese de que a Constituinte deve ser exclusiva.

O ex-candidato a Presidência da Câmara, deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), considerou-a elitista e sem representatividade do povo. Ele continua insistindo em que o Congresso deve nomear uma comissão própria e realizar um trabalho independente.

ELITISTA
O deputado João Cunha (PMDB-SP) acha que o presidente José Sarney foi compelido a nomear esta comissão, que pouco representa. O ex-ministro Afonso Arinos, acentuou, serviu a todos os regimes, às ditaduras, chegando a propor fórmulas para a cassação de mandatos de parlamentares. "É um homem dos remédios, das mezinhas, das duas prateleiras e de conveniências" — comentou.

Para o deputado José Fernandes (PDS-AM) a intenção foi boa e o Presidente acertou na escolha de algumas pessoas, como a do pastor João Ferreira da Cunha, como representante dos evangélicos. Contudo, a comissão é dos notáveis e nada indica que o povo esteja devidamente representado. Para o deputado José Genoíno (PT-SP) "não há algo mais espúrio, mais casuístico, mais antidemocrático do que uma comissão de notáveis para propor uma Constituição".

Prestes condena "leis fascistas"

O líder comunista Luiz Carlos Prestes voltou a condenar, ontem, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte antes da eleição do próximo presidente da República pelo voto direto. O ex-secretário-geral do PCB, desligado do partido há quatro anos, duvida que se consiga organizar uma Constituinte livre e soberana "sob este arsenal de salvaguardas e leis

reacionárias e fascistas" ainda existente na Nova República.

Prestes veio a Brasília, procedente do Rio de Janeiro, para um ciclo de debates sobre a Constituinte e a Conjuntura Brasileira Atual, iniciado ontem, às 18h, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, na avenida W/3 Norte.

Comissão será instalada dia 3

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, informou ontem que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — cuja lista de participantes foi divulgada há dois dias — deverá ser instalada até o dia três de setembro. Ele não adiantou, porém, nenhum detalhe sobre a solenidade ou fez previsão sobre seu encontro com o presidente da comissão, ex-ministro Afonso Arinos.

— Não falei com ele, não sei quando vou falar e não tenho ainda informações sobre a data exata de instalação da comissão. Pretendo telefonar para Afonso Arinos, mas não sei ainda quando. Assim que isso acontecer eu comunico a vocês não se preocupem — disse ele se dirigindo à imprensa, que insistia em saber maiores informações sobre o funcionamento da comissão.